

ARTIGOS CIENTÍFICOS

MULHERES DA COMUNIDADE PESQUEIRA QUILOMBOLA, SOBERANIA ALIMENTAR E IDENTIDADE POLÍTICA PELA LUTA TERRITORIAL EM CONCEIÇÃO DE SALINAS, RECÔNCAVO BAIANO, BRASIL

MUJERES DE LA COMUNIDAD PESQUERA QUILOMBOLA, SOBERANÍA ALIMENTARIA E IDENTIDAD POLÍTICA POR LA LUCHA TERRITORIAL EN CONCEIÇÃO DE SALINAS, RECÔNCAVO BAIANO, BRASIL

WOMEN OF THE QUILOMBOLA FISHERY COMMUNITY, FOOD SOVEREIGNTY, AND POLITICAL IDENTITY BY TERRITORIAL STRUGGLE IN CONCEIÇÃO DE SALINAS, RECÔNCAVO BAIANO, BRAZIL

Restrepo, Andrés Felipe Bernal

Pérez, Mercedes Solá

RESUMO

A alimentação e o sustento dos pescadores e pescadoras artesanais em Salinas da Margarida-BA, Brasil, são baseados em processos tradicionais de produção e reprodução alimentar, socioeconômica, cultural e ecológica. Esses processos formam as pessoas, fortalecem a comunidade e a identidade pesqueira quilombola em momentos de crise. As mulheres pescadoras quilombolas desempenham um papel crucial na defesa desses processos, mas enfrentam discriminação racial e hostilidade numa conjuntura de avanço de projetos imobiliários e turísticos de famílias brancas com capital econômico e político na região do Recôncavo Baiano. Baseado em notas do diário de campo em 2018, conversas com habitantes da região e revisão da literatura, refletimos e valorizamos ditos processos, sobretudo os envolvidos com a comida e a alimentação, diante do cenário de conflitos pela posse e uso do território com famílias com poder regional. O objetivo é fortalecer a defesa atual dos territórios das comunidades pesqueiras quilombolas de Conceição de Salinas.

Palavras-chave: Mulheres pescadoras quilombolas. Identidade Política. Soberania alimentar. Especulação Imobiliária. Luta territorial.

RESUMEN

La alimentación y el sustento de los pescadores artesanales en Salinas de Margarida, Bahía, Brasil, se basan en procesos tradicionales de producción y reproducción alimentaria, socioeconómica, cultural y ecológica. Estos procesos forman a las personas, fortalecen la comunidad y la identidad étnica quilombola en momentos de crisis. Las mujeres desempeñan un papel crucial en la defensa de estos procesos, pero enfrentan discriminación racial y hostilidad en una situación de avance de proyectos inmobiliarios y turísticos de familias blancas con capital económico y político en la región del Recôncavo Baiano. Basado en notas del diario de campo en 2018, conversaciones con habitantes de la región y revisión de literatura, reflexionamos y valoramos dichos procesos, sobre todo los relacionados con la comida y la alimentación, frente al escenario de conflictos por la posesión y uso del territorio con familias con poder regional. El objetivo es fortalecer la defensa actual de los territorios de las comunidades pesqueras afrodescendientes de Conceição de Salinas.

Palabras clave: Mujeres pescadoras afrodescendientes. Identidad política. Soberanía alimentaria. Especulación Inmobiliaria. Lucha territorial

ABSTRACT

The food and livelihood of artisanal fishermen in Salinas da Margarida-BA, Brazil, are based on traditional processes of food, socioeconomic, cultural, and ecological subsistence. These processes shape the people and strengthen the community and the quilombola ethnic identity in times of crisis. Women play a crucial role in defending these processes but face racial discrimination and hostility in the context of an advance of real estate and tourism projects by white families with economic and political capital in the Recôncavo Baiano region. Based on field diary notes from 2018, conversations with residents of the region, and a literature review, I reflect on and value these processes, especially those involved with food and sustenance, in the context of conflicts over land ownership and use with families with the regional power. The objective is to strengthen the current defense of the territories of the quilombola communities of the Conceição de Salinas.

Keywords: Quilombola women fishers. Political identity. Food sovereignty. Real estate speculation. Territorial struggle.

A CAMINHO DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (BA): RASTROS CANAVIEIROS E COLONIALISMO NOS LITORAIS PERNAMBUCANO E ALAGOANO

Entre a capital de Pernambuco e Maceió, a paisagem é dominada pelo canavial (e os motéis) durante cerca de cinco horas de trajeto. Estamos diante das marcas profundas do tempo do trabalho escravo colonial, que foram impostas a várias gerações de comunidades negras no Nordeste do Brasil. Marcas que se refletem nas relações laborais destes territórios, que ainda perduram no que alguns autores denominam como “trabalho escravo contemporâneo” (CARVALHO, 2017: 17).

Os passos da modernidade eurocêntrica de uma economia de espoliação¹ cujas relações entre ser humano e natureza só são vistas “sob uma lógica de produtos agrícolas e de extração maciça de recursos naturais” (CUNHA; FIGUEIREDO; DUBEUX; SCHIRMER; 2021: 113), são manifestos predominantemente. Ao longo da estrada, é possível ver algumas pequenas áreas de floresta que r-existem historicamente. Se identifica uma diversidade de fruteiras e pequenas casas que contrastam com a maioria das terras devastadas, que são preparadas para o cultivo de cana.

Em Junqueiro, estado de Alagoas, a paisagem muda. Outros usos da terra para produção agrícola, outros projetos de vida se observam: cultivos de macaxeira, milho, banana, batata. Embora, estes não se comparem com as áreas/horas da cana que acabamos de percorrer.

Ao andar o trajeto que nos conduz ao Recôncavo Baiano, reconhecemos as marcas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2007) e refletimos também sobre não reproduzir essas formas coloniais extrativas com as comunidades. O compromisso da academia, e nosso, deve ser visibilizar as histórias que fortalecem os processos de defesa territorial, as formas outras de produção e reprodução da vida. Nesse sentido, decidimos retomar os cadernos de campo para escrever este artigo em um contexto no qual, o isolamento da pandemia de Covid-19 intensificou os conflitos territoriais pela especulação imobiliária e conseqüentemente, intensificou a necessidade de reforçar os argumentos em relação à urgência pelo reconhecimento e regularização dos territórios quilombolas e pesqueiros. São oito gerações que ocupam as terras e produzem suas vidas de acordo aos seus modos específicos que precisam ser defendidas.

As anotações de campo de uma curta visita de uma semana, nos levaram a contrastar essas notas com fontes acadêmicas, informações oficiais públicas e notas de imprensa, para visibilizar e fortalecer as lutas territoriais das comunidades². Conforme fomos chegando a nosso destino, as pistas sobre em que focar a atenção foram aparecendo. Metodologicamente nos sustenta a perspectiva do compromisso social e da relação horizontal com as comunidades que nos acolhem em seus territórios e com as quais dialogamos para captar o que se apresenta como demanda, necessidade de denunciar e anunciar coletivamente, não necessariamente chegando com uma ideia preconcebida (GIARRACA, 2006).

OS AROMAS DO MARISCO E DO PEIXE CONDUZEM NOSSO OLHAR: MARCAS E (CONTRA)TEMPOS DO TRABALHO/LAZER E A SOBERANIA ALIMENTAR NAS TRAJETÓRIAS PESQUEIRAS E QUILOMBOLAS EM SALINAS DA MARGARIDA

Chegamos na madrugada ao município de Salinas da Margarida, local da comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas. Nos recebe nas suas casas uma linhagem de mulheres negras de oito gerações, cujo protagonismo é fundamental no cuidado de suas famílias e territórios amplos de rio e mar: a família Consagração³. Ela é uma das diversas famílias com tradição na pesca artesanal no Recôncavo Baiano,

¹Entende-se como economia de espoliação aquela relacionada com a mercantilização da natureza e sua exploração intensiva e em grande escala para o agronegócio. Trata-se de uma forte marca de nossa história latino-americana, uma história da diferença colonial que, de maneira cíclica, volta como um fantasma. (SOLÁ, 2017).

²O artigo é resultado das reflexões feitas sobre as notas coletadas no trabalho de campo durante o mestrado do pesquisador Andrés F. Bernal Restrepo e os aportes da professora e pesquisadora Mercedes Solá Pérez, cuja trajetória tem sido especialmente nos estudos de comunidades pesqueiras e a luta territorial.

³Os nomes e sobrenomes que aparecem neste artigo foram preservados e trocados por outros com medida para proteger a segurança dos habitantes da área pesqueira de Conceição Salinas que nos acolheram durante o trabalho de campo.

especificamente no lugar onde as águas dos rios Paraguaçu, Suabaé e seus afluentes, se juntam com as águas do mar da Baía de Todos os Santos. É um ecossistema rico em alimentos.

Apesar de chegarmos tarde da noite, nos recebem com um pequeno lanche que compartilhamos entre todos e todas. Comemos e depois de brevíssimas saudações e algumas falas sobre a viagem pela estrada, agradecemos as boas-vindas e vamos descansar nos quartos que organizam nas suas casas para acolher o grupo de motoristas, estudantes e professores.

Logo cedo, a sala cheia de frutas coloridas e a mesa preparada com cuscuz, bolos, ovos e café, pelas mulheres da família Consagração, promete um dia incrível. A bagunça típica nas primeiras horas dos dias em campo com muitos estudantes (éramos entre 25 a 30 pessoas) se arrumando ao mesmo tempo, é acompanhada pelo aroma excepcional de mariscos e peixe que chega ao interior da casa desde o quintal, onde a mais velha das mulheres Consagração e sua filha cozinham a lenha o almoço da tarde. Desde o quintal vem um cheiro de feijão branco e temperos com alhos, cebolas, tomates para misturar com mariscos aromáticos, que abriram nesta manhã o interesse para abraçar como tema o rastro dos sistemas culinários e a relação com as práticas pesqueiras em Salinas. A escolha do tema veio pelo nariz!

De que maneira o alimento e a comida constroem, através das gerações, a noção de uma identidade política comunitária? Qual o elo entre as identidades políticas, o alimento e a terra?

A avó Consagração cozinha. Paralelamente uma líder começa a contar a história da família e da comunidade de Conceição de Salinas na sala, que tem aproximadamente 300 anos de história, formada por pessoas escravizadas na área do Jaguaripe e na Ilha de Itaparica (SACRAMENTO, 2019). Com a indústria do sal, a região se desenvolveu e passou a ser chamada Salinas da Margarida, sub-região que foi homologada no período de 2003 a 2005 como Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos (APA/BTS) (SANTANA; GÓES; GERMANO; 2012).

Durante o trabalho de campo, em pouco tempo o interesse se concentrou em sentir os odores, observar e escutar as pessoas falarem sobre os processos territoriais que a comida envolve. Os aromas a mariscos e temperos na casa das Consagração, as primeiras falas sobre sua história e lutas, o envolvimento das pessoas na preparação da comida, a abundância de frutas e verduras na sala, e o acolhedor café que acabávamos de receber, nos levaram a refletir mais tarde sobre como a comida e as práticas ao redor dela (pesca e cata, plantio, colheita, consumo) podem ser uma ferramenta de comunicação não verbal (ANDERSON, 2005 apud VENTUROLI, 2022: 2), para explicar a defesa territorial da comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas. O ato de comer é um ato político no sentido de alimentar-se da própria terra com alimentos saudáveis preparados a partir de formas tradicionais que resulta em soberania alimentar e também na afirmação do vínculo ao território.

Depois de acabada a fala da liderança, saímos a procura de um dos primeiros lugares que iríamos visitar junto com a comunidade local. Uma forte chuva acaba fragmentando a turma, pelo que acabo me separando do grupo, ficando à espera a que a chuva amenize junto com um grupo de pescadores. Em frente de nosso pequeno refúgio na entrada de uma casa, pequenas embarcações no mar recebem o rio Paraguaçu que deságua depois de seu passeio desde o interior do Estado da Bahia. O tempo passa calmamente, sem pressa.

Chove forte. Um grupo de pescadores e uma pescadora descascam peixes dentro do mar se apoiando numa canoa; avaliam e organizam suas pescarias realizadas. Deste lado, fora do mar, seis homens aguardamos a chuva diminuir. O tempo se ocupa observando o mar onde algumas aves também procuram seu alimento. Se fala pouco, apenas para tirar onda e rir um pouco, ou contar alguma história de quem está tratando o peixe na nossa frente. Contam que pescam Xangô (também conhecido como manjuba), um peixe pequenininho de baixo valor comercial, mas com grande importância estratégica, visto sua capacidade de informar a localização dos peixes maiores. Os pescados produzidos são vendidos nas feiras de Salvador, Nazaré, Santo Antônio ou nos bairros das periferias. Em Conceição de Salinas o Xangô também é utilizado nas caixas onde pegam marisco ou como isca para pegar siris e peixes. A comunidade não tem hábito de se alimentar de Xangô, mas ele é um elemento central na economia e no sustento das famílias que vivem da pesca artesanal.

Compreendemos aí que estávamos frente a uma das reproduções socioculturais singulares do espaço/tempo da tradição pesqueira. Formas de organização familiar e comunitária de subsistência e trabalho pesqueiro, que vem de conhecimentos dos antigos e “se recriam em gerações sucessivas” (RAMALHO, 2016: 395). O saber-fazer-comer se organiza na lógica dos tempos do mar, do mangue, do rio em um entrelaçamento da produção e da reprodução de todas as formas de vida, distante de uma concepção de trabalho, produção e acumulação capitalistas. Mulheres e homens ingressam na pesca cedo como profissionais e “fazem da ‘pesca seus meios de vida’ (Alexandre), são portadores de ‘um jeito de ser que é somente deles’ (João Paulo), um modo de vida pleno de especificidades socioculturais (Ibid.: 395) de um trabalho aprendido juntos com familiares e comunidade.

Cedo, uma das irmãs mais novas da família Consagração lembra que de pequena brincava no mar. Nas suas memórias de criança estão os dias de trabalho coletando mariscos para a venda e para o almoço do dia. Muitas vezes, sua mãe, mesmo com “dor no coração” por lhe interromper o sono, a chamava por volta de 1h ou 2hs da madrugada ao som dos búzios para iniciar a labuta.

Depois de escamar os peixes íamos jogar as tripas fora e aproveitamos para brincar e nos banhar. Nós passamos horas trabalhando, mas o trabalho não representava dor. Nossa vida será marcada por muita luta, companheirismo e alegrias. Na madrugada mesmo, meus pais nos preparavam o escaldado... Mais tarde, devia acordar para ir à escola, muitas vezes cansada e sonolenta, mas eu gostava do que estava fazendo: escamando peixe, contribuindo na luta. Eu não vou deixar de ser pescadora! (Diário de campo, 2018)

A coleta, preparação e consumo da comida orbita no centro da organização familiar e comunitária do trabalho pesqueiro. “... compartilhar a comida assegura a proteção das relações de reciprocidade [...] que constroem a comunidade mesma, sua organização social, econômica y seu marco cultural. As relações de reciprocidade, internas e externas a comunidade se fundamentam sobre o intercâmbio de trabalho e alimentos” (VENTUROLI, 2022: 12).

As práticas que observávamos frente ao mar sossegadamente esperando a chuva passar junto com os relatos de vida de alguns habitantes, permitiam compreender o trabalho da pesca artesanal entorno aos peixes, pescarias e pescadoras/es, que compõem os processos ecossociais entendidos por Ramalho (2016: 391) como

[...] um irrevogável metabolismo do pescado com a natureza, cujo trabalho torna-se condição sine qua non da produção e reprodução social da pesca artesanal enquanto categoria constitutiva e constituída das formas de ser e das determinações de existência socioeconômica, culturais e ecológicas.

Após termos identificado o objeto da pesquisa através da vivência no trabalho de campo e de compreendermos que a produção e reprodução da vida no contexto das comunidades pesqueiras é um entrelaçamento de afazeres, a seguir, apresentamos a politização de um processo identitário y organizativo liderado por mulheres pescadoras quilombolas em torno da defesa do território e da soberania alimentar.

MARÉ VERMELHA E MUDANÇAS NOS CICLOS DA PESCA ARTESANAL: MULHERES, IDENTIDADE POLÍTICA E LUTA PELA DEFESA DO ALIMENTO EM CONCEIÇÃO DE SALINAS

Uma das conversas que surgiu em vários momentos durante a visita de campo, foi sobre a maré vermelha no ano 2007, fenômeno que prejudicou a comunidade com a concentração de peixe morto no mar que impactou a segurança alimentar e a comercialização de peixe. “O peixe estava amargando, estava doente, estava contaminado. Agora se vai sustentar de que? Tudo ficou comprometido [foi um] período de fome. O Recôncavo ficou morto nesse período. Estava estragado o marisco, ninguém queria comprar” [diário de campo, 2018].

A pesca artesanal é a principal atividade econômica em Salinas. Qualquer impacto na produção pesqueira, impacta também toda a economia, os meios de vida e a saúde (CUNHA; FIGUEIREDO; DUBEUX; SCHIRMER; 2021). Num jornal da região, se resume a repercussão da maré vermelha na segurança alimentar e

nas atividades da pesca artesanal da Baía de Todos os Santos, que prejudicou principalmente às mulheres, pois atividades como a mariscagem⁴, são exercidas, em geral, por mulheres (Ibid.:118).

As mulheres saem para mariscar e não encontram siri nem papa-fumo. Até o camarão está escasso na região. “Morreu tudo, não tem mais nada”, diz Azenildes dos Santos, de 47 anos. As marisqueiras caminham mais de dez quilômetros até a praia de Taperoá, outras atravessam a Barra do Paraguaçu rumo à Salinas da Margarida, em busca de pesqueiros mais distantes, com esperança de encontrar uma situação melhor, mas a saída é em vão. “O único que ainda encontra é o camarão, mas está muito miudinho. O pistola não tem mais.” (A TARDE, 2007)

Ainda que seja caracterizada como um fenômeno “natural” de proliferação de algas, a maré vermelha⁵ não está desvinculada do processo da poluição industrial e química de agentes que desde finais dos anos setenta estão presentes no estado da Bahia, com projetos desenvolvimentistas (CUNHA; FIGUEIREDO; DUBEUX; SCHIRMER; 2021) da indústria petroquímica altamente poluente e que é “destruidora do ambiente natural, e por consequência, dos seres humanos que são parte integrante deste último” (Ibid.: 4). Conforme Santana, Góes e Germano (2012: 10), o impacto da maré vermelha “ocasionou a morte de 50 toneladas de peixes e cerca de 10 mil famílias de pescadores e marisqueiras ficaram sem ter onde trabalhar e prover seu sustento”

Com a ameaça sobre a sustentabilidade e a soberania alimentar de suas famílias, as mulheres assumiram o protagonismo na compreensão de suas relações políticas e organizativas como pescadoras artesanais. Os efeitos da maré vermelha, somado à poluição ambiental em seus territórios tradicionais, resultado dos modelos de exploração industrial e de ampliação do capital (que são uma fase mais atual da realidade observada na região canavieira), afetaram por consequência as práticas da pesca artesanal e portanto da reprodução da vida.

As ações políticas desse momento se fundamentaram na definição de soberania alimentar que é “[o] direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas” (Via Campesina, 2007). Este conceito se cria em resposta ao conceito de segurança alimentar orientado por políticas governamentais e agências multilaterais como a FAO/ONU que é insuficiente para representar as necessidades dos povos que reproduzem suas vidas a partir de modos específicos.

A soberania alimentar enquadra-se no paradigma da autonomia sem sujeição às demandas e interesses de mercados e corporações priorizando economias locais (ESCOBAR, 2021).

A soberania e autonomia alimentar pressupõem a defesa de conhecimentos, práticas e territórios dos povos produtores de alimentos – camponeses, pescadores, pastores [indígenas e quilombolas] e agricultores urbanos – como espaços de reprodução e desenvolvimento da vida e de comunidades multiespecíficas [...] No fundo, a soberania e a autonomia implicam sistemas alimentares fundamentados em ‘novas relações sociais livres de opressão e desigualdade (ESCOBAR, 2021, p. 517-518).

A luta das mulheres começou a partir da compreensão de que a expansão do capital sobre seus territórios, seja a partir da instalação de indústrias ou pela contaminação das águas e da terra, significa prejuízo

⁴Sobre a mariscagem, pode-se afirmar que mais que um termo de uma atividade isolada, ela é um processo “construído resultado das relações sociais. Trata-se de uma atividade que tem sido invisibilizada, cujo reconhecimento se deu a partir da percepção destas mulheres como agentes sociais, econômicos e políticos que reforça a sua identidade, seja na comunidade, seja fora dela...” ((CUNHA; FIGUEIREDO; DUBEUX; SCHIRMER; 2021: 118). O processo de trabalho da mariscagem realizado por muitas mulheres na Baía de todos os Santos, é muito intenso, “na maioria das vezes leva de 10 a 14 horas, entre o acordar, os preparativos para a saída, o trajeto, a coleta, o beneficiamento e a comercialização (Pena And Martins, 2014) (Ibid.: 124).

⁵Baseados em informação do Centro de Recursos Ambientais (CRA, atual Instituto de Meio Ambiente – INEMA), os autores explicam que a maré vermelha é um fenômeno natural que se caracteriza pela floração excessiva de certos tipos de algas. A causa do problema é o enriquecimento nutricional da Baía de Todos os Santos, que estimula a proliferação das algas mas também “é resultado de ação antrópica, isto é, esgotos tratados, não tratados além de despejos industriais e da descarga de fertilizantes aplicados na agricultura” (JORNALFACOM, 2007 apud por SANTANA; GÓES; GERMANO; 2012, p. 11).

para a produção e reprodução das suas vidas. As mulheres pescadoras viraram protagonistas da luta pelo território quilombola em Conceição de Salinas. O autorreconhecimento desse período da maré vermelha concomitantemente como marisqueiras e como mulheres negras ao redor do comer e da alimentação, estruturou a construção organizativa e de identidade política e cultural desde as questões de raça e de gênero em defesa dos territórios habitados por gerações (SACRAMENTO, 2019). A partir dos conflitos no território as mulheres pescadoras quilombolas vivenciaram a expansão do capital historicamente construída através do racismo estrutural e a violência patriarcal.

A construção política da identidade destas mulheres como pescadoras e quilombolas se consolida na conjuntura dos governos progressistas que incorporaram as exigências sociais de legalizar os sujeitos coletivos denominados povos e comunidades tradicionais. A legalização deste reconhecimento social e territorial se realiza através da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/2007). Embora esta política não tenha sido na prática garantida.

Mais um elemento a considerar dessa conjuntura progressista é a política de combate à fome. Durante esse período se destacaram diferentes programas de compra direta que evidenciaram que a produção de alimentos é preponderantemente do campesinato e das comunidades tradicionais do campo. Isto resultou na compreensão da responsabilidade que as pescadoras/es artesanais e comunidades tradicionais têm em relação a prover um alimento muito importante para o Brasil, não só no aspecto nutricional, mas também como dimensão cultural, na soberania alimentar do país.

Assim, a luta das mulheres das águas teceu o vínculo entre a pesca artesanal e a comida com a identidade política e o território, como caminho para exigir a garantia de seus direitos territoriais presentes e para as gerações futuras (CUNHA; FIGUEIREDO; DUBEUX; SCHIRMER; 2021).

Foram as mulheres que começaram a debater desde então sobre sua identidade quilombola e a garantia de seus direitos territoriais em reuniões nos espaços públicos e sociais. Organizadas, iniciam as buscas dos rastros guardados da memória, "como diz a poeta Ana Cruz, 'por meio dos traços, dos fragmentos deixados pela herança de suas antepassadas'" (SACRAMENTO, 2019; 60). Se articularam então com uma rede de pescadoras e pescadores: o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). O movimento é conformado, "por homens e mulheres que produzem alimentos saudáveis e contribuem para a soberania alimentar do país"⁶. Atualmente dito protagonismo acontece também a través de gerações de mulheres ligadas a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras (ANP) a nível local, estadual e nacional (Sacramento, 2019).

O processo organizativo na fase da maré vermelha apontou para o resgate de um olhar da pesca artesanal para "os[as] trabalhadores[as] do mar", através de uma relação metabólica, de interação histórica, contínua no espaço/tempo que busca garantir a soberania alimentar e nutricional de suas sociedades. Sobre essa ideia o MPP assegura que "cerca de 70% do pescado produzido no país é proveniente deste modelo de produção" (MPP, s/d).

As manifestas práticas e relatos das rotinas das pessoas com o mar e a comida observadas durante o campo, estão ligadas a uma perspectiva tradicional e histórica do trabalho-lazer diferente da atividade pesqueira que – diz Ramalho (2016) - tem um tempo, um ritmo próprio que a distingue dos trabalhos classicamente capitalistas. É o que explica o grupo Geografar⁷ sobre o tradicional contato direto com o mar, a água e a terra como aspecto essencial nas relações históricas do trabalho, o corpo e a segurança e soberania alimentar comunitária, num universo simbólico e material que continuamente se reproduz.

A comida, os frutos do mar, assim como a atividade de pesca aparecem como essenciais na constituição

⁶Disponível em: <http://mpppeloterritorio.blogspot.com/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

⁷O Geografar – a "Geografia dos Assentamentos na Área Rural" é um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal da Bahia que atua há 25 anos com comunidades rurais diversas para analisar o processo de reprodução do espaço geográfico no campo baiano em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades (<https://geografar.ufba.br/historico>).

da dieta alimentar coletiva e sua “formação enquanto grupo social” (GEOGRAFAR, 2019: 56). A atividade de pesca “sempre os (e as) acompanhou, pois foi o alimento que mais esteve presente a sua mesa, é encontrado em abundância” (Ibid.: 56). São o saber popular e a força de seus próprios corpos, alimentados com essa comida, os meios para adquirir o alimento.

Coletada no território, a comida está inteiramente relacionada com os corpos das pessoas que pertencem a esse processo ecossocial que envolve a atividade pesqueira artesanal. Deste modo, comida e território guardam dispositivos que demarcam perfis étnicos e constroem corpos físicos e sociais dos habitantes (VENTUROLI, 2022) da comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas. Os alimentos, “a partir de sua carga semântica, entram entre aqueles elementos que constroem o processo de etnização dos corpos [...] individuais e coletivos” (Ibid.: 2) que localmente se manifesta num período de organização e construção de comunidade política para a defesa do território, e que, como foi falado durante o trabalho de campo, está ameaçado pelo projeto de especulação imobiliária chamado Parque das Margaridas em decorrência da falta de reconhecimento legal dos territórios tradicionais desta comunidade pescadora quilombola.

CONFLITO NA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS PESQUEIRAS E QUILOMBOLAS: ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA DO PROJETO PARQUE DAS MARGARIDAS

Ao longo do caminho da rodovia BA-534, está instalado um grande cartaz do empreendimento Parque das Margaridas do Grupo Bahiana Engenharia. A empresa publicita um projeto imobiliário de venda de lotes a partir de 60 mil reais para construir ou investir num área total de 998.244,497 m², segundo se lê na página, para turismo de descanso e recreação de pessoal da cidade de Salvador e outras cidades vizinhas. O projeto imobiliário pensado para ser concluído em abril de 2026, é vendido nas redes sociais como o lugar dos sonhos de investidores e suas famílias de Salvador e outras cidades, em áreas com “mata atlântica preservada, belezas naturais e riquezas culturais” (Parque das Margaridas, 2023).

A comunidade pesqueira quilombola conta que o projeto imobiliário avançou com o consentimento do prefeito de Salinas da Margarida do ano 2017, quem foi reeleito por mais 4 anos no passado 15 de novembro de 2020⁸. Além de político, o prefeito é empresário⁹ dono de um dos principais hotéis de Salinas¹⁰.

Como se observa na Figura 1 o loteamento aprovado pela prefeitura através dos Decretos n.º 136 e 137, de 09 de novembro de 2017 (Salinas Da Margarida, 2017), se expande sobre uma área significativa do território próximo aos corpos aquíferos do Rio Paraguaçu ocupada tradicionalmente pelas comunidades pesqueiras quilombolas.

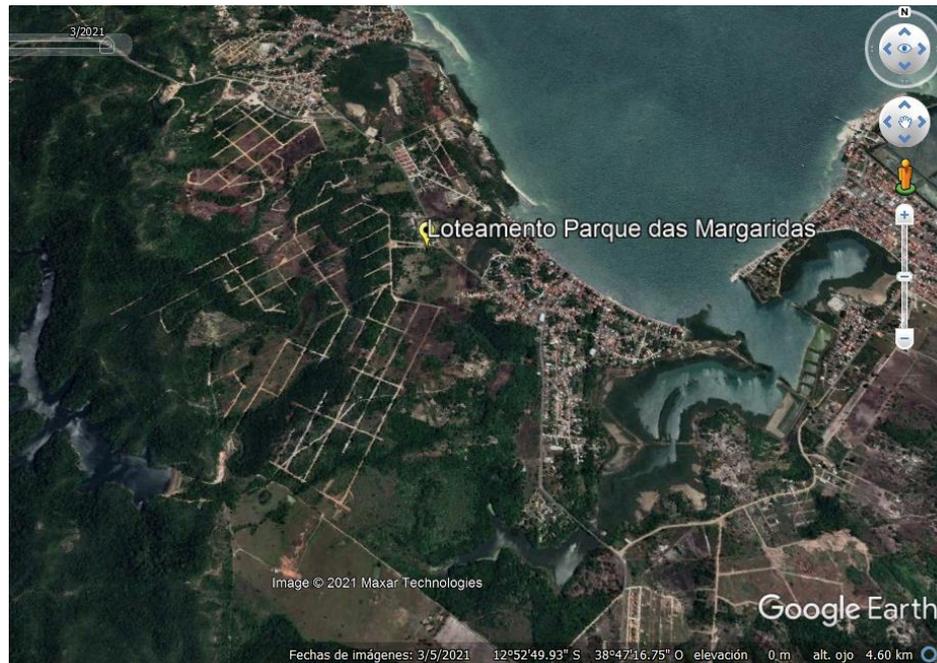
⁸ Ver matéria “Prefeito e vereadores de Salinas da Margarida tomam posse; veja lista de eleitos”, disponível no seguinte link: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/01/prefeito-e-vereadores-de-salinas-da-margarida-tomam-posse-veja-lista-de-eleitos.ghtml>. Acesso em XXX

⁹ De acordo com o jornal Estadão, os bens declarados pelo prefeito Wilson Pedreira do Partido Social Democrático -PSD- para as eleições de 2020 foram um galpão numa das ruas principais do Município de Salinas de Margarida (Rua Av. Comendador Campos); depósitos bancários; ações de um posto de gasolina localizado em Vera Cruz - BA e de uma empresa de turismo (“Salinas Praia Hotel”); e um prédio comercial situado na rua Comendador Campos, 07, Salinas da Margarida-BA. Ver: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/ba/salinas-da-margarida/prefeito/wilson,55>

¹⁰ Ver <https://www.eleicoes2016.com.br/wilson-pedreira/>. Consultado em novembro de 2019.

¹¹ Ver [http://www.salinWilson Pedreira 55 \(Prefeito\) - Eleições 2016asd Margarida.ba.gov.br/diarioOficial/download/669/2643/0](http://www.salinWilson Pedreira 55 (Prefeito) - Eleições 2016asd Margarida.ba.gov.br/diarioOficial/download/669/2643/0). Consultado novembro de 2019.

Figura 1: Imagem de satélite do loteamento Parque das Margaridas, 3 de março de 2021.



Fonte: Google Earth

Alguns relatam que presumivelmente vários atos foram encabeçados pela prefeitura para tornar o empreendimento legal. Inclusive, falam de um pedido de descaracterização ao INCRA que posteriormente foi dado seguimento pelo empreendedor. Outras pessoas da comunidade asseguram que o empreendimento invade mais de 40% do território de uso coletivo local de culto, extrativismo vegetal e fontes de águas.

O Grupo Bahiana Engenharia¹² comanda o loteamento Parque das Margaridas. A empresa, localizada no município de Vera Cruz - BA na ilha de Itaparica, ligada às dinâmicas econômicas e políticas de Salvador, funciona desde o mês de abril de 2014, sendo sua principal atividade a compra e venda de imóveis. O empresário que aparece como principal responsável pelo Grupo é Lucas Bahiana Dos Reis, quem participa de ao menos cinco (5) CNPJ's de empresas localizadas no município de Vera Cruz - BA com um capital social que soma cerca de R\$ 2.223.000,00, de acordo com o que se encontra no site de internet transparência.cc¹³. No mesmo site, se assevera que quatro (4) das cinco (5) empresas têm como atividades principais empreendimentos imobiliários, construção e loteamento urbano.

No quadro da caracterização de um dos programas concernentes à instituição do Plano Plurianual da Administração Pública desse município para o período de 2014/2017, se observa que paralelo a suas atividades empresariais, Lucas Bahiana dos Reis aparece como gerente¹⁴ de um programa temático com recursos em dinheiro de mais de R\$ 4.000 relacionado ao meio ambiente, cultura e esporte, num eixo de desenvolvimento sustentável e infraestrutura¹⁵, em que pese que suas atividades como construtor, guardam pouca relação com esse intuito¹⁶.

¹² CNPJ: 20.024.768/0001-02

¹³ Ver: <https://transparencia.cc/dados/socios/899955/lucas-bahiana-dos-reis/>

¹⁴ De acordo com o portal web gestaopublica.org.br, "para cada ação do Plano Plurianual Municipal nomeia-se um gerente, que terá entre suas principais tarefas, estabelecer conexões entre o governo federal, municipal e o estadual – e também com a iniciativa privada – para aprimorar a execução do plano". Ver: <http://www.gestaopublica.org.br/o-que-e-o-plano-plurianual-municipal/>

¹⁵ Ver <http://www.camara.veracruz.ba.io.org.br/diarioOficial/download/823/309/0>

¹⁶ Ver o seguinte link: <http://www.camara.veracruz.ba.io.org.br/diarioOficial/download/823/309/0>

O empresário está relacionado no loteamento urbano de 2229 lotes Terra Bela à denominada sociedade patrimonial da que ele é representante Agro Pastoril Bela Vista LTDA, segundo se vê no diário oficial do executivo da prefeitura municipal de Vera Cruz - BA de 21 de setembro de 2018¹⁷. Duas notas de imprensa do mês de março de 2015 e de 25 de setembro de 2019 denunciam irregularidades ambientais na obra, a qual paradoxalmente o responsável era o "ex-secretário de Meio Ambiente, Turismo e Cultura da cidade Lucas Bahiana Reis" (A TARDE, 2015). Aparentemente, de acordo com as notas de imprensa consultadas, o mesmo que licita o loteamento é responsável por conceder o alvará da obra através de relações com a prefeitura.

A Associação de Amigos de Mar Grande (AAMG) denunciou o caso ao Ministério Público da Bahia (MP-BA), ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Ministério Público Federal (MPF), pelo fato da empresa ter começado "a construção irregular e inacabada de um condomínio residencial em Área de Preservação Permanente (APP), em Vera Cruz, na Região Metropolitana de Salvador" (Bnews, 2019). Diante disso, a imprensa assegura que a empresa Bahiana Engenharia, "não possui registro no Conselho Regional de Engenharia (CREA), ao menos com esta razão social, segundo consulta feita à entidade" (A TARDE, 2015) sendo conivente com as irregularidades ambientais.

O projeto Parques das Margaridas no município de Salinas da Margarida avança sem o devido reconhecimento dos direitos territoriais por parte do Estado brasileiro aos grupos locais de pescadores/as que tradicionalmente viveram nessas áreas marítimas e ribeirinhas que com o tempo, vem se autorreconhecendo como remanescentes de quilombos. São realidades que têm se negado sobretudo em relação ao direito ao uso dos bens da natureza e outras políticas públicas, em territórios com comunidades que "vão se descobrindo à medida que vão sendo descortinado os direitos que possuem" (GEOGRAFAR, 2019: 18).

Os debates abertos referentes à identidade quilombola ao interior da comunidade de Conceição de Salinas com diversos atores sociais, em reuniões em espaços públicos, sociais, diálogos e oficinas (SACRAMENTO, 2019), deram início a vários processos fundamentais na defesa do território.

O primeiro processo data de dezembro de 2015 e refere-se ao logro do estabelecimento do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), que reconheceu a exploração e uso da terra para permitir as funções de uma segurança alimentar e de sustentabilidade ambiental das comunidades tradicionais, garantindo a reprodução das formas próprias de organização social, cultural e natural (BRASIL, 2010).

O segundo, tem a ver com a solicitação ao estado Brasileiro para certificar um grupo de pescadores e pescadoras artesanais dessa região como remanescentes de quilombos, sustentado na Constituição Federal de 1988, artigo 63, modificado através do Decreto nº 4.887/2003, que está pautado na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi assim como o 03 de janeiro de 2017, a comunidade de Conceição de Salinas foi certificada como quilombola pela Fundação Cultural dos Palmares¹⁸(GEOGRAFAR, 2019).

O terceiro, com a certificação da FCP, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deve iniciar o procedimento administrativo de identificação, delimitação, demarcação e titulação de terras tradicionalmente ocupadas pelos/as que se autorreconhecem como remanescentes (GEOGRAFAR, 2019). Para isso, deve elaborar um Relatório Técnico Identificação e Demarcação de Terras Quilombolas (RTID), que orienta os procedimentos antes expostos, processo que em Conceição de Salinas foi iniciado no dia 18 de abril de 2017 (GEOGRAFAR, 2019).

Apesar do amparo dos diversos instrumentos jurídicos de ordem nacional e internacional e das ações coletivas para proteger sua identidade e territórios, na época da aula de campo, houve relatos de tentativas de intimidar as famílias organizadas, através de imposição da presença de supostos donos, sumiço de materiais

¹⁷<http://pmveracruzba.imprensaoficial.org//pub/prefeituras/ba/veracruz/2018/proprio/3639.pdf>. Consultado 20 de janeiro de 2023.

¹⁸Este ato foi instituído pela Portaria número 62, de 31/01/2017, no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2017.

de trabalho das famílias e da associação da área.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil, nas regiões da Baía de Todos os Santos no ano 2008, foram certificadas trinta e três (33) Comunidades Quilombolas nos municípios Cachoeira (15), Maragogipe (11), Salvador (5), localizadas na Ilha de Maré, na Baía de Aratú em frente ao Porto de Aratú, Simões Filho (2), São Francisco do Conde (1). Até o ano 2012 nenhuma destas comunidades tinha recebido esse direito coletivo da terra.

Atualmente existem na Bahia 674 comunidades remanescentes de Quilombos certificadas das quais cerca de metade (45,2%) não possui processo aberto no INCRA (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2022)¹⁹. Por sua parte, o panorama para aquelas comunidades que tem um processo de regularização de territórios quilombolas aberto no órgão encarregado de outorgar a titulação da terra (369), não é alentador, pois 332 (89,9%) processos estão ainda sem concluir, entre os que está o processo do município de Salinas das Margaridas (INCRA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos tradicionais de produção e reprodução alimentar, socioeconômica, cultural e ecológica que formam as pessoas e fortalecem a comunidade e a identidade pesqueira quilombola de Conceição de Salinas, num cenário em que as mulheres são protagonistas, estão em risco. Mas também está em risco a possibilidade da sociedade em geral acessar a alimentos saudáveis por conta da falta de regularização dos territórios pesqueiros e quilombolas. Assim, além de não estarem garantidos os direitos dos povos a manterem seus próprios modos de produzir e reproduzir suas vidas e sua soberania alimentar, também a da sociedade que se alimenta da pesca artesanal e da agricultura familiar camponesa vivencia insegurança e falta de soberania alimentar.

Não é apenas a segurança alimentar, isto é a garantia de alimentos e o dever do Estado em relação a prover os recursos para que as pessoas se alimentem o que deve estar garantido, mas também uma política mais ampla, de soberania alimentar (STEDILE, CARVALHO, 2012). Cabe dizer então, que a falta de encaminhamento nos processos de legalização das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades pesqueiras e quilombolas, assim como outras comunidades tradicionais e camponesas, gera consequências nefastas também para o povo brasileiro que se alimenta daquilo que essas comunidades produzem.

Atualmente, o processo de regularização do território da comunidade de Conceição de Salinas está suspenso. A Procuradoria da República do Estado da Bahia e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão solicitaram avanços e compromissos significativos das instituições estaduais e federais (INCRA, SPU/BA, e INEMA), na gestão dos processos administrativos relacionados à regularização e titulação de territórios, e consulta prévia, livre, informada e de boa fé em relação a projetos que possam impactar as comunidades quilombolas agrupadas na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, incluindo a comunidade de Conceição de Salinas, sem que até agora se entreguem respostas concretas.

O contexto do conflito que enfrentam os grupos pesqueiros quilombolas de Salinas da Margarida pelo reconhecimento territorial, acontece no meio de argumentos de entidades públicas como a prefeitura ou pesquisadores/as enviados e publicados coincidentemente em revistas da área da administração pública e de empresas, ciências contábeis, turismo e engenharias (SULZART; SANTOS; SANTOS; SOUZA, 2021), que não reconhecem a identidade quilombola da população de Conceição de Salinas ou que entendem essa identidade desde uma concepção clássica e racista. Pese a que a FCP declarou a comunidade de Conceição de Salinas como quilombola em 2017, para alguns pesquisadores, a existência e formação dos quilombos é compreendida como se fosse uma história que não existe mais, uma história passada, de negros fugidos e revoltosos que criaram uns territórios isolados durante os primeiros anos da colonização da América, num

¹⁹ https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

contexto da hegemonia de monoculturas como a cana-de-açúcar e tabaco, “destinando este grupo social a uma existência pretérita, um passado longínquo, atrelada ao tráfico de escravos, a condição de não pessoa, revoltoso, entre outras ideias depreciativas acerca do ser negro(a) no Brasil” (GEOGRAFAR, 2019:14).

A ideia de urbanizar aqueles lugares impõe a lógica de mercantilização dos territórios que acaba por impor à população local, outras formas de se relacionar com seus territórios, ao mesmo tempo que devem moldar sua identidade, como diz Ojeda (2012), para que eles/as, com seus recursos, sejam incorporados/as ao empreendimento que se busca vender. O projeto imobiliário do Parque das Margaridas representa um exemplo das lógicas amplas de metropolização do espaço em zonas rurais que acolhem o discurso ecológico, natural e ambiental para potencializar o mercado imobiliário gerando um impacto nas agendas territoriais das comunidades locais, em suas formas tradicionais de viver e seus locais de moradia (SÃO THIAGOão Thiago, 2010).

BIBLIOGRAFIA

A TARDE. 2015. **Obra ilegal devasta mata em Vera Cruz**. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1665103-obra-ilegal-devasta-mata-em-vera-cruz>.

ALMEIDA, Maria Virgínia. 2010. Complementaridade de gênero e o papel das mulheres morroquianas para manutenção da agrobiodiversidade em uma porção do cerrado brasileiro. Publicado em: Scott, Parry, Cordeiro, Rosineide e Menezes, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Pp. 209-230.

BNEWS, 2011. Vera Cruz: **Obra ilegal que devastou** Área de Preservação é investigada pelo MP. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/interior/bahia/246656,vera-cruz-obra-ilegal-que-devastou-area-de-preservacao-e-investigada-pelo-mp.html>.

BRASIL. 2010. Secretaria do Patrimônio da União. **Portaria nº 89**, de 15 de abril de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado da Bahia Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão PRDC/BA. 2022. **Ofício n.º 69/2022/PR-BA/GAB PRDC** dirigido ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, Salvador-BA. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>

BRASIL. Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado da Bahia, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão PRDC/BA. 2022. **Ofício n.º 70/2022/PR-BA/GAB PRDC** dirigido a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Salvador-BA. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>

BRASIL. Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado da Bahia, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão PRDC/BA. 2022. **Ofício n.º 71/2022/PR-BA/GAB PRDC** dirigido a Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Salvador-BA. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República na Bahia. 2022. **Editais de Convocação de Audiências Públicas nº 001/2022**, Salvador-BA. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República na Bahia. 2022. **Editais de Ata Audiência Pública Ministério Público Federal e Comunidades Quilombolas na Bahia, Salvador-BA**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/1.14.000.002488.202100.pdf>

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República na Bahia. 2022. **Recomendação conjunta 002/2022**, Salvador-BA.

- CARVALHO, José. 2017. **Ditos de sofrimento**: trabalho escravo contemporâneo nos canaviais da Zona da Mata Sul de Pernambuco: século XXI. Dissertação de Mestrado – História. Universidade Federal de Pernambuco.
- CUNHA, Fatima, FIGUEREDO, Julia; DUBEUX, Ana; SCHIRMER, Jorge. 2021. A Luta das Pescadoras Artesanais da Ilha da Maré em Defesa do seu Território. **Revista ANTHROPOLOGICAS**, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, ano 25.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. 2021. Defensorias recomendam que prefeitura de Salinas da Margarida retire de redes sociais publicação discriminatória contra comunidade quilombola. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensorias-recomendam-que-prefeitura-de-salinas-da-margarida- retire-de-redes-sociais-publicacao-discriminatoria-contra-comunidade-quilombola-e-faca-retratacao/>.
- DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida. 10 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.salinasdamargarida.ba.gov.br/diarioOficial/download/669/2643/0>
- ESCOBAR, Laura Gutierrez. 2021. **Soberania e autonomia alimentares**. KOTHARI, Ashish [et al.] Pluriverso: dicionário de pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante.
- FERNANDO, São Thiago Tanscheit. 2010. O impacto da especulação imobiliária no cotidiano das populações caiçaras de Paraty. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre PUC Rio, Departamento de Geografia.
- GEOGRAFAR, 2019. Geografia dos assentamentos na área Rural. **Relatório Técnico Preliminar**. Comunidade quilombola pesqueira Conceição de Salinas. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia.
- GOMES, R.C. 2009. **A Vida no Vai e Vem das Águas**: mulheres marisqueiras de Salinas da Margarida: trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História) -Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, INCRA. 2017. Regularização de Território Quilombola. Perguntas & Respostas. Brasília. Disponível em www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf.
- NEEPES//ENSP/FiocruzBA. 2009. Práticas violentas aterrorizam as famílias de pescadores e marisqueiros da região de Salinas da Margarida. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-praticas-violentas-terrorizam-as-familias-de-pescadores-e-marisqueiros-da-regiao-de-salinas-da-margarida/>
- OJEDA, Diana; GUILLAND, Marie. 2012. Indígenas “autênticos” y campesinos “verdes”. Los imperativos identitarios del turismo en Colombia, **Revista Cahiers des Amériques latines**, No 71. Disponible en: <https://journals.openedition.org/cal/2689#tocto1n1>
- QUIJANO, Aníbal. 2000. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” em Lander, Edgardo (comp.) **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciências sociais. Perspectivas latino-americanas (Buenos Aires: CLACSO) p. 246. Disponible en: [http:// bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf).
- RAMALHO, Cristiano. 2016. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. **BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI**. CIÊNCIAS HUMANAS, v. 11, p. 391-414.
- SACRAMENTO, Elionice. 2019. **Da diáspora negra ao território das águas**: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. 2019. 187 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília.
- SANTANA; GÓES; GERMANO. 2012. Estado, territórios étnicos e desenvolvimento; uma análise de raça e gênero. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Universidade Federal de Uberlândia - MG.
- SOLÁ PÉREZ, Mercedes. 2017. **R-existências Dos Campesinos/as do que hoje é Suape**: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida. Universidade Federal de Pernambuco, Centro De Filosofia E Ciências Humanas Departamento De Ciências Geográficas Programa De Pós-Graduação Em Geografia.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. 2012. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular.

SULZART, Silvano, SANTOS, Diana Bomfim, SANTOS, Francisco Barbosa dos, SOUZA, Luciene de Jesus Santos. 2021. Salinas da Margarida; vozes ancestrais, tradicionalidade e saberes do mar. **Multidisciplinary Scientific Journal**. Núcleo do conhecimento. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/saberes-do-mar#5-CONCEICAO-DE-SALINAS-COMUNIDADE-TRADICIONAL-SIM-QUILOMBOLA-NAO>.

VENTUROLI, Sofia. 2022. ¿Ella sabe comer?" Comida, construcción de la persona y relaciones étnico-sociales en los Andes de Conchucos, Perú. **Revista de Antropologia**, v. 65. Universidade de São Paulo.